

A inserção de conteúdos afro-brasileiros nas aulas de Educação Física: um olhar pela prática pedagógica¹

The insertion of Afro-Brazilian content in Physical Education classes: a look at pedagogical practice

Isabela Talita Gonçalves de Lima

Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
isabelagoncalvesx@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4917-1196>

Marcílio Souza Junior

Escola Superior de Educação Física da Universidade de Pernambuco, Brasil
marcilio.souzajunior@upe.br
<http://orcid.org/0000-0003-4138-4330>

Lívia Tenorio Brasileiro

Escola Superior de Educação Física da Universidade de Pernambuco, Brasil
livtb@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5864-1148>

Resumo:

O artigo tem como objetivo geral: analisar a prática pedagógica de professores/as de Educação Física das escolas estaduais do Estado de Pernambuco a partir da inserção dos conteúdos afro-brasileiros à luz da Lei n. 10.639/2003 (Brasil, 2003). Tomamos os pressupostos metodológicos das Ciências Humanas através de uma pesquisa de abordagem qualitativa. Do ponto de vista operacional, a pesquisa foi desenvolvida em 3 etapas: pesquisa bibliográfica, onde o objetivo foi situar a perspectiva teórica de onde parte essa investigação, caracterizando os conceitos centrais ao longo da história brasileira e buscando reconhecer como se constitui uma legislação que pretende tratar das questões afro-brasileiras na educação nacional e na Educação Física Escolar, assim como adentramos na produção do conhecimento acerca dos conteúdos afro-brasileiros na área da Educação Física, buscando a partir dos periódicos entender como a Educação Física Escolar vem debatendo sobre as relações étnico-raciais; pesquisa documental, onde nos debruçamos na análise da legislação e orientações curriculares de ordem nacional e estadual que norteiam a prática pedagógica, tomando a particularidade da Educação Física e; pesquisa de campo, onde realizamos um questionário inicial e, posteriormente, entrevistas e observações de aulas, junto a professores/as da rede estadual de ensino de Pernambuco. Submetemos os dados a análise de conteúdo categorial por temática (Bardin, 2011), buscando elucidar os seus núcleos de sentido. Concluímos que o trato dessa

¹ Artigo ampliado a partir da apresentação no CIAIQ2019 (Lima, I. T. G.; Brasileiro, L. T.; & Souza Junior, M., 2019).

temática pode possibilitar uma percepção crítica tanto das nossas raízes culturais quanto no confronto de preconceitos raciais da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Educação Física escolar; Cultura Afro-brasileira; Currículo.

Abstract:

The article has as its general objective: to analyze the pedagogical practice of Physical Education teachers of the state schools of the State of Pernambuco from the insertion of Afro-Brazilian contents in the light of Law no. 10,639 / 2003 (Brazil, 2003). We take the methodological assumptions of the Humanities through a qualitative approach research. From the operational point of view, the research was developed in 3 stages: bibliographic research, where the objective was to situate the theoretical perspective from which this research starts, characterizing the central concepts throughout Brazilian history and seeking to recognize how a legislation that intends to be constituted, addressing Afro-Brazilian issues in national education and school Physical Education, as well as entering the production of knowledge about Afro-Brazilian content in the area of Physical Education, seeking from the journals to understand how School Physical Education has been debating the relationships ethnic-racial; documentary research, where we focus on the analysis of national and state legislation and curricular guidelines that guide the pedagogical practice, taking the particularity of Physical Education and; field research, where we conducted an initial questionnaire and, later, interviews and observations of classes, with teachers from the state school of Pernambuco. We subjected the data to categorical content analysis by theme (Bardin, 2011), seeking to elucidate their meaning cores. We conclude that dealing with this theme can enable a critical perception of both our cultural roots and the confrontation of racial prejudice in Brazilian society.

Keywords: Physical School Education; Afro-Brazilian culture; Curriculum.

Resumen:

El artículo tiene como objetivo general: analizar la práctica pedagógica de los docentes de Educación Física de las escuelas públicas del Estado de Pernambuco a partir de la inserción de contenidos afrobrasileños a la luz de la Ley no. 10,639 / 2003 (Brasil, 2003). Tomamos los supuestos metodológicos de las Humanidades a través de un enfoque de investigación cualitativa. Desde el punto de vista operativo, la investigación se desarrolló en 3 etapas: investigación bibliográfica, donde el objetivo era situar la perspectiva teórica desde la cual se inicia esta investigación, caracterizando los conceptos centrales a lo largo de la historia brasileña y buscando reconocer cómo se pretende constituir una legislación. abordar los problemas afrobrasileños en la educación nacional y la Educación Física escolar, así como ingresar a la producción de conocimiento sobre el contenido afrobrasileño en el área de la Educación Física, buscando en las revistas entender cómo la educación física escolar ha estado debatiendo las relaciones étnico-racial; investigación documental, donde nos centramos en el análisis de la legislación nacional y estatal y las pautas curriculares que guían la práctica pedagógica, teniendo en cuenta la particularidad de la Educación Física y; investigación de campo, donde realizamos un cuestionario inicial y, luego, entrevistas y observaciones de clases, con maestros de la escuela estatal de Pernambuco. Sometimos los datos al análisis de contenido categórico por tema (Bardin, 2011), buscando dilucidar sus núcleos de significado. Concluimos que abordar este tema puede permitir una percepción crítica tanto de nuestras raíces culturales como de la confrontación de los prejuicios raciales en la sociedad brasileña.

Palabras clave: Educación Física escolar; Cultura Afrobrasileña; Curriculum.

Introdução

Pensar em igualdade social por vezes torna-se um movimento utópico, quer seja pela dinâmica da realidade sócio-política brasileira, que cada vez mais acentua a estratificação social ou pela luta por uma sociedade justa que por vezes é tão individualizada. Nesse movimento, acreditamos que tecer uma análise sobre as relações étnico-raciais no campo da Educação e especificamente na Educação Física é antes de mais nada uma escolha política, no sentido de ir contra todo o movimento social de exclusão.

Portanto, entendemos que investigar sobre a temática dos conteúdos afro-brasileiros recai diretamente sobre o debate das desigualdades sociais, com ênfase nas questões étnicas. Acreditamos que tecer tais análises sejam necessárias pelo avançar na questão do racismo no Brasil, que se manifesta desde a não aceitação do cabelo crespo até a injúria pelo tom da pele. Como adverte Gomes (2003), o preconceito racial na sociedade brasileira se propaga de forma grandiosa e silenciosa.

Contemporaneamente, já existem políticas afirmativas que tratam da erradicação do racismo ou qualquer tipo de preconceito, como é o caso da Lei n. 10.639/03, que foi fruto de lutas de movimentos sociais. Tal lei reforça a luta a favor da valorização e reconhecimento da cultura afro-brasileira trazendo a obrigatoriedade do trato da cultura e arte dos conteúdos afro-brasileiros no currículo escolar da Educação Básica.

Entendemos que não há como investigar as relações étnico-raciais sem tratar das desigualdades sociais. E, discutir sobre estas desigualdades incide no debate sobre nossa formação humana.

Nos apoiamos em Saviani (1991) para refletir que a educação e a prática social têm íntimas relações e que elas não podem ser desassociadas. Ratificamos, assim, que a educação tem sim um compromisso político diante da sociedade, como afirma Gomes (2003, p. 77):

A escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e sociabilização do conhecimento e da cultura, vem se revelando como um dos espaços de representações negativas sobre a cultura negra, e por isso mesmo é um importante local onde elas podem ser superadas.

Diante do exposto, traçamos como objetivo geral: analisar a prática pedagógica de professores/as de Educação Física das escolas estaduais do Estado de Pernambuco à luz da Lei n. 10.639/2003 (BRASIL, 2003), no que diz a respeito à obrigatoriedade do ensino História e Cultura Afro-Brasileira. Para alcançarmos nosso objetivo central recorreremos ao reconhecimento das nuances do movimento negro no cenário brasileiro, com enfoque no âmbito educacional, afim de entender como está situada tal problemática; análise da produção do conhecimento sobre os conteúdos afro-brasileiros em periódicos da área, com o intuito de entender o movimento das relações étnicas na Educação Física Escolar; investigação dos reflexos da Lei n.10.639/03 sobre os documentos curriculares do estado de Pernambuco, e particularmente na Educação Física e, por fim; e análise da práxis pedagógica dos professores/as de Educação Física nas escolas estaduais a partir da inserção de conteúdos afro-brasileiros.

Contextualização teórica

Ao discutirmos sobre as relações étnico-raciais e os conteúdos que trazem em sua matriz a raiz afro-brasileira, se faz necessário analisar as estruturas que se edificaram no passado e que se sustentam ainda no presente. Por mais que tenham passado 500 anos, desde a chegada dos europeus ao Brasil, alguns resquícios deste período de nossa história ainda se fazem presentes na contemporaneidade. Tal como: a hierarquia de raças e o preconceito racial, que segundo Pernambuco (2011) este país já nasce irrigado de desigualdades.

Para entender sobre desigualdades é imprescindível compreender a forma de organização dos seres humanos, e no cenário brasileiro não há como falar sobre tal temática sem tratar da escravidão.

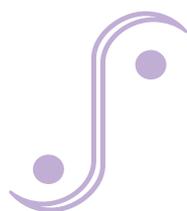
De fato, a escravidão não foi algo particular do Brasil. A palavra 'escravo' vem do latim *sclavus*, que significa "pessoa que é propriedade de outra". Segundo Kouryh (2008) a escravidão, em todas as suas estruturas, foi balizada por discursos justificatórios, que afirmavam a necessidade para tal. Assim,

A dominação de um povo sobre o outro é sempre precedida de desculpas, que, via de regra, escondem as verdadeiras intencionalidades daqueles que estão na condição de dominador. É o que chamamos de discurso justificatório, ou seja, um discurso por vezes político, por vezes social, por vezes religioso, que quer tentar provar aos olhos dos demais, que aquelas ações de subjugação são necessárias e salvíficas (KOURYH, 2008, 57).

A escravidão existiu na Idade Antiga com os Impérios Grego e Romano. Geralmente as pessoas reduzidas à escravidão ou mantidas nesta condição provinham de povos conquistados. Essa condição também se manifestava em características físicas, sociais e/ou religiosas que fossem diferentes dos senhores ou amos. Do mesmo modo, a escravidão existia nas tribos africanas quando os chefes das tribos trocavam negros por mercadorias, como fumo ou tabaco. E, segundo Ribeiro (1995), as tribos indígenas no Brasil antes mesmo da invasão portuguesa tinham escravos restantes de guerras com as tribos rivais e que no fim eram devorados em rituais canibalescos.

Nesse sentido, chamamos atenção que de fato o que estrutura a escravidão em suas diferentes perspectivas tanto de povos quanto de época, é a compreensão de que há pessoas em condição superior a outrem, sendo esse o aval de uma condição de submissão que por muitas vezes foram/são violentamente vitalícias.

A escravidão de índios e negros vivenciada no Brasil também existiu em outras colônias de exploração ao redor do mundo. Esse tipo de escravidão se tornou um elemento que estruturou social e economicamente a formação do país, visto que ela permeou por séculos alimentando o sistema produtivo. Esse retrato do Brasil Colônia ainda pode ser visto em arquiteturas de forma sólida, a exemplo dos grandes engenhos, das obras de arte do período colonial e em museus. Mas, também pode ser vista nas relações sociais, na forma de diferenciar o tratamento dos sujeitos pela diversidade de raça e etnia.



Mas, afinal, o que é raça e etnia? Trazemos para a reflexão alguns termos que nos permite explicitar com que base está nosso arcabouço teórico. Não há como tocar no debate que tange preconceito racial sem entender o que é raça. As diferenças de raças humanas foi um dos argumentos que faziam parte dos discursos justificatórios da escravidão, como o discurso colonialista, como nos discorre Kouryh (2008). Nesse contexto apresentamos o conceito de raça que, segundo Gomes (2005), é entendida como uma construção que a sociedade define a partir de parâmetros biológicos, em razão de sua cor e seus traços físicos.

Etimologicamente, o conceito de raça advém do italiano *razza*, e é uma ramificação do latim *ratio* que significaria sorte, categoria ou espécie (Munanga, 2003). No início, o termo raça foi utilizado para categorizar a espécie animal como um todo, porém com o advento do Iluminismo, no século XVIII, o termo começa a ser utilizado pela antropologia e pela biologia para entender e a categorizar a espécie humana. Munanga (2003) chama a atenção do perigo de classificar o ser humano unicamente pela raça, pois pode-se cair no discurso de que existem raças mais apuradas ou melhores² que outras.

Nesse contexto, concordamos com Munanga (2003), pois se for ignorada toda a formação social e cultural do indivíduo pode-se compreender de forma limitada a totalidade do ser humano.

Além disso, as teorias que sustentavam as ideias de que a cor da pele delimitava as diferenças de intelecto e moral foram derrubadas a partir do avanço das ciências no século XX com biólogos e geneticistas que provaram que “raças humanas” não existem, sendo esse um pilar estruturante escravidão nas colônias.

No Brasil, existe uma amplitude e uma diversidade na construção dos indivíduos, se refletindo nos mínimos detalhes do ser humano. Como por exemplo: o modo de se vestir, de pentear o cabelo, de se posicionar socialmente, dentre outros. Essa diversidade é o que torna o Brasil muito mais rico socialmente sob o prisma da culturalidade. Contudo, em detrimento da formação de ideologias cuja a origem foi balizada pelo conservadorismo arcaico, o qual minimiza os grupos que se destoam da cultura dominante em nossa sociedade, as diferenças passam a ser vistas como algo inferior, subjugado e postos à periferia (inclusive, na forma literal). Como afirmam Grandó e Pinho (2016) que a cultura dominante ainda é colonialista.

Portanto tomamos como referência que existe apenas uma única raça que é a raça humana, e que por sermos humanos somos diversos, somos diferentes. Raça humana que é vinda de uma mesma matriz, comum para todos. Isso nos permite compreender que os seres humanos são todos iguais, sendo igualmente diferentes.

Outro elemento que adentra nessa discussão, é o termo cultura. Segundo Cortella (1998) a cultura, pertence ao universo das significações das ações do humano sobre o mundo por intermédio do trabalho. Já o trabalho, é o instrumento de intervenção no mundo e na forma como nos apropriamos dele. Ou seja, a cultura é uma produção humana e, por conseguinte, não há ser humano sem cultura. Isto é, cada ser social é regado de significações culturais partindo das experiências. Esse ser produz cultura e se refaz em processo constante.

2 Esse discurso pôde ser visto em prática, a exemplo da Segunda Guerra Mundial em que a crença da supremacia da raça ariana (raça alemã) matou milhões de pessoas de grupos étnicos-religiosos diferentes, em campos de concentração.

Daólio (2007), por exemplo, afirma que no contexto da prática pedagógica os/as professores/as e estudantes são influenciados pela cultura. Os movimentos corporais que estes possuem e que trazem para a sala de aula extrapolam a influência da escola, pois são cheios de significados vindos de suas experiências pessoais. Permitindo-se, assim, reconhecer que o corpo também é construído culturalmente.

Porém, ressalta-se que a cultura tendo íntimas relações com a dinâmica da sociedade também acaba sendo consequência de disputas de poder. Tendo suas raízes no racismo, no machismo e no autoritarismo. Nesse sentido, Mahiere (2002) nos informa que os universos das significações são presentes na totalização histórica de cada indivíduo sendo necessário sua transformação para aparição de outras significações. Ou seja, é preciso ter o movimento contínuo de reestruturar os significados afim de uma nova teia de significações para cada homem.

Nesse movimento de interlace de raças e culturas, outro termo que emerge nessa discussão é o de etnia. Para Gomes (2005) o termo é entendido como um conjunto de características sociais e culturais que são próprias de cada grupo social. Ou seja, é a identidade que se reflete na sociedade que cada ser social ou comunidade se vê e se posiciona socialmente.

Etnia, portanto, retrata um grupo social com organização própria e que compartilha tradições, língua, cultura e religião. Compreendendo assim, a subjetividade humana de forma ampla, contrapondo-se a concepção unicamente física do ser humano. Assim a raça começa a ser entendida como algo morfo-biológico e a etnia direcionada pela construção sociocultural.

Ao optarmos nesse estudo por nos guiarmos pelo conceito de etnia não queremos elucidar que existe democracia racial no Brasil, pois, segundo Carvalho (1999, 84), “o conceito de etnia embora construído numa perspectiva positiva e de auto identificação, não desfaz o fato de que as pessoas sofrem discriminação fora do seu grupo”.

Ao fim da conceituação, trazemos o conceito de classe social. Este conceito será discutido a partir dos estudos de Karl Marx. Nesse sentido, classe social é a forma de se estabelecer a segregação da sociedade em grupos, reunindo as pessoas em função do lugar que cada uma ocupa no processo de produção de bens e serviços, existindo classe explorada e classe dominante a partir do sistema econômico vigente, o sistema capitalista (Bottomore, 1988).

Trazemos esses conceitos supracitados como: raça, cultura, etnia e classe social, para compreender as desigualdades e as relações étnico-raciais, pois as desigualdades no Brasil além de explícitas têm um forte traço racial.

E entender de forma mais aprofundada a dinamicidade dessas relações nos permite contestar afirmações e crenças que são estabelecidas em nossa sociedade e que não as questionamos. Chauí (2000) diz que as crenças estão presentes onde ocorrem todas as relações sociais. E nessas crenças, há significações silenciosas as quais afirmamos e reafirmamos sem perceber ou contestar. Fenômeno este que a autora conceitua de crenças ocultas. Existindo assim premissas que podem perpassar em nossas falas que são fruto de toda uma construção sócia histórica que advém de opressões e discriminações de forma silenciosa. Diante disso, é imprescindível entender os conceitos, a fim de questioná-los e superar as suas contradições.

Metodologia

Inicialmente, sinalizamos que entendemos a pesquisa científica como um artefato que tem o compromisso social como sua principal responsabilidade, visto que a pesquisa advém da realidade e deve voltar a mesma. Ludke e André (1986) nos diz que um dos principais desafios lançados à pesquisa educacional é exatamente o de tentar captar essa realidade dinâmica e complexa do seu objeto de estudo em sua realização histórica.

Segundo Severino (2010) a ciência se faz quando o pesquisador confronta os fenômenos, aplicando recursos técnicos, tendo como referências métodos e fundamentando-se em pressupostos filosóficos. Nesse movimento, entendemos que nenhuma produção científica é munida de neutralidade, portanto, apresentamos que a cosmovisão que guiou esta pesquisa é de que a mesma deve contribuir para os debates étnico-raciais na área da Educação Física Escolar pelo viés da transformação social numa perspectiva que visa a uma sociedade justa, equânime e democrática.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, privilegiamos nesse trabalho um diálogo com os pressupostos metodológicos das Ciências Humanas. Sendo assim, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que

realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas (Minayo & Sanches, 1993, 244).

Do ponto de vista operacional, a pesquisa foi desenvolvida em 3 etapas:

1. Pesquisa bibliográfica, onde o objetivo foi situar a perspectiva teórica de onde parte essa investigação, inicialmente adentramos na literatura afim de apresentar de onde parte nosso arcabouço teórico para pensar as relações étnico-raciais e a Educação Física Escolar. Nesse movimento dialogamos com o contexto sócio histórico do Brasil debatendo conceitos centrais do nosso trabalho, tais como: desigualdade social, classes sociais, raça e etnia. Neste momento identificamos referências que nos ajudaram a fazer uma leitura crítica do percurso de constituição, tais como Skidmore (1998), Munanga (2003), Gomes (2003, 2005), Kouryh (2008), Pinho (2016) e Ferraz (2017). Buscando reconhecer, ainda, como se constitui uma legislação que pretende tratar das questões afro-brasileiras na educação nacional, em geral, e na Educação Física Escolar, em específico. Assim como adentramos na produção do conhecimento acerca dos conteúdos afro-brasileiros na área da Educação Física, buscando a partir dos periódicos nacionais da área, entender como a Educação Física Escolar vem debatendo sobre as relações étnico-raciais, delimitando o período de 2001 a 2016 por ser identificado as primeiras discussões sobre a Lei n. 10.639/2003 que começaram no ano de 2001;
2. Pesquisa documental, onde nos debruçamos na análise da legislação e orientações curriculares de ordem nacional e estadual que norteiam a prática pedagógica, tomando a particularidade da Educação Física; e

3. Pesquisa de campo, onde realizamos inicialmente um questionário inicial com 21 (vinte e um) professores da rede estadual de ensino, com questões referentes a: importância da cultura afro-brasileira, tematização de conteúdos dessa matriz em sua aula e a vivência de casos em que a questão racial se fez presente. Esta etapa nos permitiu chegar as 4 (quatro) entrevistas com professores, recorrendo a uma entrevista semiestruturada, que teve como característica a utilização de um roteiro previamente elaborado para entender como os professores/as inserem esta temática e qual a percepção que os mesmos têm sobre o trato desta temática em suas aulas. E por fim, realizamos as observações de aulas de 1 (um) professor, que dentre os entrevistados estava trabalhando com os conteúdos afro-brasileiros no período da coleta. A etapa de observação aconteceu até novembro de 2017 e foram observadas 17 aulas. Todas as aulas guiadas por um roteiro de observação, sendo as mesmas registradas em diários de campos e gravações de áudio.

Após catalogação e coleta dos dados, os mesmos foram tratados pela técnica de Análise de Conteúdo Categorical por Temática. Segundo Bardin (2011, 30) a análise de conteúdo “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos”. Ainda segundo a autora fazer uma análise temática “consiste em descobrir os núcleos do sentido que compõe a comunicação cuja a presença ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico” (Bardin, 2011, 104).

Souza Junior, Santiago, & Tavares (2010, 47) afirmam que o tratamento dos dados através da análise de conteúdo pode contribuir “com a operacionalização e rigorosidade científica na pesquisa qualitativa em Educação Física escolar, colaborando assim para que consolidemos, cada vez mais, essa abordagem no campo das pesquisas científicas”. Estes autores organizaram um quadro com etapas para esta análise (Figura 1), com base nos estudos de Bardin (1988) e Minayo (1998), entendendo-o como um roteiro didático e não linear, que tomamos como referência para organização de nossos estudos.

ETAPAS	INTENÇÕES	AÇÕES
1ª etapa: pré-análise	*Retomada do objeto e objetivos da pesquisa; *Escolha inicial dos documentos; *Construção inicial de indicadores para a análise: definição de unidades de registro - palavras-chave ou frases; e de unidade de contexto - delimitação do contexto (se necessário);	*Leitura flutuante: primeiro contato com os textos, captando o conteúdo genericamente, sem maiores preocupações técnicas *Constituição do corpus: seguir normas de validade: 1- Exaustividade - dar conta do roteiro; 2- Representatividade - dar conta do universo pretendido; 3- Homogeneidade - coerência interna de temas, técnicas e interlocutores; 4- Pertinência - adequação ao objeto e objetivos do estudo.
2ª etapa: Exploração do material	*Referenciação dos índices e a elaboração de indicadores - recortes do texto e categorização; *Preparação e exploração do material - alinhamento;	*Desmembramento do texto em unidades/categorias - inventário (isolamento dos elementos); *Reagrupamento por categorias para análise posterior - classificação (organização das mensagens a partir dos elementos repartidos)
3ª etapa: Tratamento dos dados e interpretação	*Interpretações dos dados brutos (falantes); *Estabelecimento de quadros de resultados, pondo em relevo as informações fornecidas pelas análises;	*Inferências com uma abordagem variante/qualitativa, trabalhando com significações em lugar de inferências estatísticas.

Fig. 1. Etapas para realização da Análise de conteúdo.

Fonte: Souza Junior, Santiago, & Tavares (2010, 35).

Em nosso estudo, na pesquisa bibliográfica, documental e de campo, tratamos os dados pela referida análise a fim de entender o âmago de cada conteúdo temático expresso.

Nesse sentido, a análise de conteúdo categorial por temática também tece a análise das relações das Categorias Analíticas e das Categorias Empíricas, que segundo Minayo (1998, 94):

As primeiras são aquelas que retêm historicamente as relações sociais fundamentais e podem ser consideradas balizas para o conhecimento do objeto nos seus aspectos gerais. Elas mesmas comportam vários graus de abstração, generalização e de aproximação. As segundas são aquelas construídas com finalidade operacional, visando ao trabalho de campo (a fase empírica) ou a partir do trabalho de campo. Elas têm a propriedade de conseguir apreender as determinações e as especificidades que se expressam na realidade empírica.

As Categorias Analíticas e as Categorias Empíricas, então, servem de pedra angular para a organização dos dados derivados da pesquisa bibliográfica, documental e campo. Nesse contexto, as categorias analíticas que nortearam essa pesquisa estão expressas no Quadro 1.

Quadro 1. Indicadores de análise de conteúdo utilizados na condução da pesquisa:
Categorias Analíticas (LIMA, 2018).

Elemento Central	Os conteúdos Afro-Brasileiros nas aulas de Educação Física Escolar
Categorias Analíticas	Cultura Afro-Brasileira Educação Física Escolar

Bardin (2011) nos fala que tratar o material é codificá-lo e que nesse movimento há recorte da categorização das unidades, que segundo a autora é a de contexto e de registro. Ainda de acordo com a autora, a Unidade de Contexto “Serve de unidade de compreensão para codificar as unidades de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cuja as dimensões (superiores à unidade de registro) são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro” (Bardin, 2011, 137).

Sendo a Unidade de Registro “A unidade de significação codificada e corresponde ao segmento do conteúdo considerado unidade de base visando a categorização e a contagem frequencial. A unidade de registro pode ser de natureza ou de dimensões muito variáveis” (Bardin, 2011, 134).

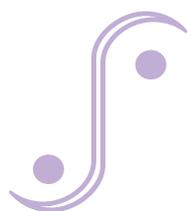
Logo, como fala Minayo (1998), as categorias empíricas só surgem do trabalho de campo. Isto é, as categorias analíticas se expressam de diferentes modos tanto na pesquisa bibliográfica quanto na pesquisa documental.

Nos debruçamos nas categorias analíticas e empíricas de Minayo (1998) para categorizar as unidades de Contexto e Registro, tomando como referência Bardin (2001).

Nesse movimento, destacamos as categorias analíticas que surgiram na pesquisa bibliográfica no Quadro 2.

Quadro 2. Categorias analíticas da pesquisa bibliográfica (LIMA, 2018).

Pesquisa Bibliográfica	
Categorias Analíticas	Cultura Afro-Brasileira Educação Física Escolar



Dentre essas categorias analíticas elas se expressaram de diferentes modos através das unidades de registro e contexto, expressas no Quadro 3:

Quadro 3. Unidades de Contexto e Registro da Pesquisa Bibliográfica (LIMA, 2018).

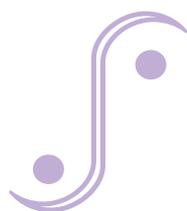
Categoria Analítica - Cultura Afro-Brasileira:	
<u>Unidades de Contexto</u>	<u>Unidades de Registro</u>
Transformação Social	- Emancipação - Superação de Desigualdades
Exclusão	- Desigualdade Racial - Educação Eurocentrista - Preconceito Racial/Racismo - Teorias Racialistas
Formação	- Educação Antirracista - Formação Crítica - Multiculturalismo
Diversidade	- Identidades
Categoria Analítica: Educação Física Escolar	
Cultura Corporal	- Crítico-Superadora - Patrimônio Cultural - Prática Pedagógica
Conteúdos	- Capoeira - Folclore
Docência	- Efetivação Legal - Formação Docente
Objetivo da Educação Física Escolar	- Autonomia - Pressupostos Culturais e Históricos
Tradicionalismo	- Competição e Seleção - Metodologias Prescritivas - Predominância do Esporte

Já na pesquisa documental, as categorias analíticas se expressaram com outras perspectivas. Como seguem no Quadro 4:

Quadro 4. Categorias analíticas e a pesquisa documental (LIMA, 2018).

Pesquisa Documental - Categorias Analíticas	
Cultura Afro-Brasileira; Educação Física Escolar	Concepção de Currículo

Isto é, as categorias analíticas são expressaram de tal modo nas unidades de contexto e registro que emergiram, conforme Quadro 5.



Quadro 5. Unidades de Registro da Pesquisa Documental (LIMA, 2018).

Unidades de Contexto	Unidades de Registro
Multiculturalismo	- Questões de classe, gênero, raça, etnia
Aproximação pós- crítica	- Identidades Fortalecidas - Superação do Conceito de Classe - Pós-Modernidade - Diversidade
Aproximação crítica	- Ação-Reflexão-Nova Ação - Cultura Corporal

Já na pesquisa de campo surgiram as categorias empíricas. Dais quais ficou categorizado conforme disposto no Quadro 6.

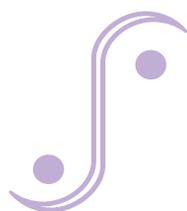
Quadro 6. Categorias Empíricas (Pesquisa de Campo) (LIMA, 2018).

Pesquisa de Campo	
Categorias Empíricas	- Importância da Cultura Afro-Brasileira - Conteúdos Afro-Brasileiros na Educação Física Escolar - Racismo na Educação Física Escolar

Dentre tais categorias empíricas, os dados se expressão de tal forma nas unidades de contexto e de registro:

Quadro 7. Unidades de Registro e Contexto da Pesquisa de Campo (LIMA, 2018).

Categoria Empírica: Importância da Cultura Afro-Brasileira	
<u>Unidades de Contexto</u>	<u>Unidades de Registro</u>
Cultura Brasileira	- Nossas origens - Cultura Corporal - Ressignificar
Diversidade	- Diversidade do Conhecimento
Educação Antiracista	- Racismo; - Intolerância Religiosa
Resgate	- Resgate da Cultura Afro-Brasileira; - Resgatar a Origem
Outras Culturas	
Categoria Empírica: Conteúdos Afro-Brasileiros	
<u>Unidades de Contexto</u>	<u>Unidades de Registro</u>
Capoeira	- Luta - Origem - Preconceito



Dança	- Maracatu - Afoxé - Frevo - Religião
Jogos Populares	
Categoria Empírica: Racismo na Educação Física Escolar	
<u>Unidades de Contexto</u>	<u>Unidades de Registro</u>
Religião	- Preconceito - Macumba
Preconceito	- Brincadeiras de mau gosto - “Macaco” - Discriminação racial
Estereótipos Raciais	- Força negra - Raças no Esporte

Em suma, foram com esses procedimentos, instrumentos, fundamentos e opções que nos apoiamos para investigarmos as relações étnico-raciais e a Educação Física Escolar no cenário de Pernambuco, estado situado no nordeste do Brasil.

Resultados

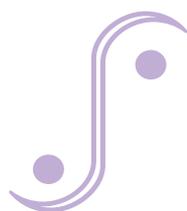
Neste momento apresentamos alguns recortes dos dados para explicitar o debate em torno da temática a partir da análise de conteúdo categorial por temática realizada.

No que se refere a pesquisa bibliográfica, ao adentrarmos na especificidade dos artigos que apresentavam relação com a Cultura Afro-Brasileira, nosso mapeamento identificou 86 (oitenta e seis) artigos. Vale ressaltar que do ponto de vista temporal nossa pesquisa teve como recorte os anos de 2001 a 2016, identificando produções oriundas de 8 (oito) periódicos da área. Mediante esse cenário, inicialmente percebemos que a área da Educação Física se aproxima sim das relações étnico-raciais, contudo ainda de forma tímida frente ao montante de sua produção.

Dentre os artigos, os dados nos mostraram polos de temáticas, são estudos sobre: as manifestações culturais; as comunidades quilombolas; os esportes em grupos étnicos africanos; a legislação; o multiculturalismo e a interculturalidade; a capoeira e o futebol. Por mais que haja uma amplitude temática, há uma incidência maior em dois polos temáticos: a capoeira e o futebol.

Dos artigos analisados, identificamos que referentes a Cultura Afro-Brasileira e a Educação Física 63,9% do total são referentes a capoeira e ao futebol, sendo a capoeira a mais evidente com 46,5% do total dos artigos.

Os artigos apontam que o esporte de alto rendimento é um ponto de venda de um espetáculo que o brasileiro tenta passar a ideia de que há uma identidade nacional, porém na prática essa ‘brasildade’ é irrigada de hierarquias étnicas. Logo, fica claro que no campo científico o



esporte, mais especificamente, o futebol é um assunto complexo de debate no que tange as relações étnico-raciais e que o racismo ainda é fortemente presente em campo, como afirmam Santos, Capraro, & Lise (2010).

Identificamos, ainda, que quando se fala sobre a Cultura Afro-Brasileira dentro da Educação Física o debate acadêmico recai fortemente sobre a capoeira. Acreditamos que tal episódio pode advir do fato de que ela foi incorporada como símbolo patriótico brasileiro. Esse argumento é muito enfatizado nos artigos, sendo entendida e abordada por diversas perspectivas: na cultura corporal, no alto rendimento, na perspectiva artística, ritual e de ancestralidade e, até como meio inclusivo, como estratégia metodológica para pessoas com algum tipo de deficiência. Ou seja, o tema capoeira é massivamente a principal contribuição da Cultura Afro-Brasileira no campo científico da Educação Física, sendo esse seu principal lócus de discussão.

A realidade da escola segundo as produções, ainda é de exclusão e de desigualdades raciais. Pois a opressão do povo negro não se resume a questão étnica, parte de um contexto macro que é a questão de classe. Ou seja, a herança eurocêntrica legitima a população negra a pouca valorização de suas matrizes étnicas e a atual conjuntura socioeconômica o coloca na periferia. E assim, enfatizamos um ponto: a desigualdade social, sendo expressa na seguinte questão:

Mas, afinal de contas, quem é o aluno discriminado? Com algumas exceções, pertence a classes sociais desfavorecidas e, portanto, sofre de dois tipos de preconceito, o social e o étnico. Tendo em vista estas condições, a criança negra possui pouca expectativa de ascensão social (RANGEL, 2006, p. 74).

Corroboramos com Rangel (2006) e as produções que apresentam ser a escola um espaço que reproduz culturas hegemônicas e conseqüentemente opressões, ao mesmo tempo em que percebemos a luta pela inclusão dos excluídos na sociedade. Nesse movimento, reconhecemos existir uma linha tênue entre o debate da “inclusão social” e a “transformação social” que os artigos trazem, sendo possível inferir que: - a inclusão dos sujeitos historicamente excluídos não abarca a amplitude e profundidade da questão étnica no Brasil; - a conjuntura social instaurada no país sempre colocou tais grupos sociais à margem, portanto a inclusão social é apenas um paliativo para essa chaga social; - a perspectiva é de transformação social, visto que só uma mudança profunda é que pode reestruturar as lógicas reprodutivas da sociedade. Os artigos, também, nos mostram que mesmo com a luta para inserção e debate sobre tais conteúdos, as questões étnicas ainda estão distantes da formação docente. Entendemos também que a falta de formação não é um alibi para professores/as não tematizarem esses elementos, mas também entendemos que essa realidade dificulta a inserção de tal prática.

Chamamos atenção também de que ainda há o que se explorar quando se estuda sobre a Cultura Afro-Brasileira e Educação Física escolar. Entendemos que a capoeira é símbolo de resistência, ancestralidade e luta do povo miscigenado e do povo negro que vive no Brasil e nas produções há uma rica amplitude de trato pedagógico com a mesma, porém apontamos que esse conteúdo sozinho não representa a magnitude do que representa a Cultura Afro-Brasileira. A dança e os jogos, por exemplo, também representam tal resistência, porém vem sendo pouco tratado na Educação Física Escolar sob esta perspectiva. Não apoucando a riqueza da capoeira, mas a hodierna dinâmica da realidade nos convida a sair de uma possível zona de conforto.

Ao analisarmos os documentos locais e nacionais referentes a orientação curricular da área de Educação Física, percebemos que as perspectivas das relações étnico-raciais se apresentam de maneiras distintas nos mesmos, isto é, com diferentes aproximações com as teorias curriculares.

Mesmo com a incidência maior de teorias que se enveredem em referências pós-críticas, como foi o caso das Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013), percebemos que a Educação Física vem se enveredando por perspectivas críticas (SILVA, 2009), a exemplo dos Parâmetros Curriculares do Estado de Pernambuco da Educação Física (PERNAMBUCO, 2013). Conforme nos diz Paiva (2017, 255) “a base crítica ainda não está superada sobretudo na Educação Física Escolar”.

Por mais que os documentos nos mostrem a perspectiva de adentrar na construção das identidades e diversidade dos marcadores sociais, a Educação Física no estado de Pernambuco tem como primazia a reflexão da emancipação social coletiva. Ou seja, as relações étnico-raciais na Educação Física estão dispostas na construção crítica dos sujeitos no sentido do reconhecimento de que o sistema capitalista que o põe em desigualdade deve ser superado, o que difere dos outros documentos que afirmam que a desigualdade pode ser diminuída.

Percebemos que não há linearidade no que concerne as relações étnicoraciais e as teorias curriculares que fundamentam as referências que compõe o cenário da Educação no Brasil e no estado de Pernambuco. Nesse ínterim, nosso estudo corrobora com a concepção de Educação Física abordada. Entendemos e ratificamos a importância do reconhecimento das identidades e no fortalecimento das mesmas como forma de luta e combate às desigualdades sociais impostas. Contudo, reconhecemos que as desigualdades estão dispostas por um motivo maior, a situação econômica imposta.

Na pesquisa de campo identificamos que se destaca, pelos questionários, que a importância dos Conteúdos Afro-Brasileiros nas aulas de Educação Física é guiada por diversas perspectivas, mas muito fortemente pelo reconhecimento da noção de história, raiz e Cultura Afro-Brasileira pertencente a cultura corporal e que deve haver a valorização da diversidade do conhecimento. Recaindo, também, na responsabilidade de confrontar o preconceito racial e o medo de falar de religiões diferentes. Nesse sentido, a Educação Física Escolar também tem a responsabilidade de fomentar esse debate.

Nas entrevistas fica mais explícito que o preconceito racial está presente na sociedade de forma geral, e sendo sinalizado nas falas dos professores/as como um fenômeno que acontece na escola, e no seu interior na Educação Física, e ao mesmo tempo não tem um debate específico sobre tal assunto na referida área. Referimo-nos a espaços de formação e de referências que dão subsídios para a prática pedagógica.

Por fim, diante a todas as observações analisadas percebemos que a realidade da Cultura Afro-Brasileira nas aulas de Educação Física Escolar apresentou-se em diferentes perspectivas. Identificamos que é um tema que adentra na sala de aula sem pedir licença, seja pelas vivências dos estudantes seja pelos conteúdos programáticos. Percebemos que a Capoeira necessita ser tematizada a partir da contemporaneidade, a fim de criar novos sentidos e significados da Cultura Afro-Brasileira. Afinal, a cultura é dinâmica e a Cultura Afro-Brasileira também. Inferimos também que o debate sobre preconceito racial é imprescindível em todos os segmentos educacionais. Afinal é um debate que parte da vivência deles se fazendo

presente na prática pedagógica. Nesse movimento concluímos que a Cultura Afro-Brasileira deve ser tratada tanto no viés da valorização da mesma quanto no confronto de práticas racistas dentro da escola.

Conclusões

Nosso horizonte de pesquisa teve como norte pensar na igualdade racial brasileira. Uma igualdade racial que concomitantemente tivesse como mira uma perspectiva de justiça social para todos/as os que compõem esse país. E nesse sentido olhamos para a formação humana: a Escola e nela a Educação Física.

Neste sentido, ao tomar a análise de conteúdo como procedimento foi possível identificar vários núcleos de sentido nas diferentes etapas da pesquisa, deixando-os perceptíveis e permitindo compreender melhor os variados aspectos desta discussão, o que possibilitou a ampliação de nossas possibilidades de interpretação.

A pesquisa bibliográfica, nos revela que a realidade é constrangedora quando nos mostra que a exclusão, o preconceito racial e as desigualdades ainda são protagonistas no cenário brasileiro.

Identificamos quer seja na literatura, nos documentos ou na prática pedagógica, a capoeira é o conteúdo central do trato com a Cultura Afro-Brasileira na Educação Física. Isso nos permite inferir que a capoeira é um elemento rico em sua prática, com diferentes olhares e diferentes vivências. Entretanto, pode ser tratado de forma limitada, por vezes é visto apenas como luta.

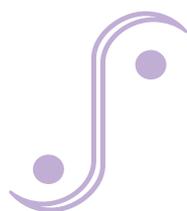
Ressaltamos que o debate sobre o preconceito racial promoveu espaços de reflexão e intervenção dos estudantes. O que destoia é que as relações étnicas e seus conflitos estão presentes na sala de aula sem pedir licença. Elas fazem parte da escola, da vida dos professores e dos estudantes.

Por fim, sabemos que a transformação da sociedade não se dá de um dia para o outro. É uma construção diária, é disputa e é tensão. Essa pesquisa teve a intenção de se somar a outras que buscam superar os limites sociais, tomando referências que apontem para uma proposição crítica e que avance na perspectiva de uma sociedade socialmente justa.

Referências

- Bottomore, T. (1988). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Brasil. (2003). *Decreto nº 10.639*. Regula que os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira. Brasília: Ministério da Educação.
- Brasil. (2013). *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica.

- Carvalho, M. J. S. (1999). *Gênero raça e classe social no currículo*. 562f. Tese (Doutorado) – Pós-graduação em Educação. UFRGS, Porto Alegre.
- Chauí, M. (2000). *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática.
- Coletivo de Autores. (2012). *Metodologia do Ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez.
- Cortella, M. S. (1998). *Conhecimento Escolar: epistemologia e política*. São Paulo: Cortez.
- Daólio, J. (2007). *Educação Física e o conceito de cultura*. São Paulo: Autores Associados.
- Ferraz, F. M. C. (2017). *O corpo da dança negra contemporânea: diáspora e pluralidades cênicas entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo.
- Gomes, N. L. (2005). *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão*. Brasília: SECAD.
- Gomes, N. L. (2003). Cultura Negra e Educação. *Revista Brasileira de Educação*, 23, 75-84.
- Grando, B. S. & Pinho, V. A. (2016). As questões étnicoraciais e a educação física: bases conceituais e epistemológicas para o reconhecimento das práticas corporais afrobrasileiras e indígenas. In: Corsino, L. N. & Lazareti, W. *Educação física escolar e relações étnico-raciais: subsídios para a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08*. Curitiba: CRV, p. 23 - 42.
- Kouryh, J. R. (2008). *História do Brasil Afro-Indígena*. Recife: Bargaço.
- Lima, I. T. G. (2018). A inserção dos conteúdos afro-brasileiros nas aulas de Educação Física escolar: limites e possibilidades na rede estadual de Pernambuco. Recife: Universidade de Pernambuco.
- Lima, I. T. G., Brasileiro, L. T., & Souza Junior, M. (2019). A inserção dos conteúdos afro-brasileiros nas aulas de Educação Física escolar: uma análise de conteúdo. *Atas CIAIQ 2019 - Investigação Qualitativa em Educação*, 1, 562-570.
- Lüdke, M. & André, M. E. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Kouryh, J. R. (2008). *História do Brasil Afro-Indígena*. Recife: Bargaço.
- Mahiere, K. (2002). Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. *Interações*, v. VII, n. 13, p. 31-44.
- Minayo, M. C. S., & Sanches, O. (1993). Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? *Caderno de Saúde Pública*, 3(9), 239-262.
- Minayo, M. C. S. (1998). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 5.ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco.
- Munanga, K. (2003). *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. Rio de Janeiro: PENESB. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>.
- Oliveira, L. M. (2012). *O ensino da Cultura-Afro Brasileira e a Educação Física: um estudo do currículo vivido em Santo André*. São Paulo, PUC.
- Paiva, A. C. (2017). *Pedagogia histórico-crítica e currículo escolar: contribuições para a prática pedagógica da educação física*. Recife: Universidade de Pernambuco.
- Pernambuco. (2011). *Mulheres construindo igualdade: Caderno Etnicorracial*. Recife: Secretaria da Mulher.
- Pernambuco. (2013). *Parâmetros Curriculares de Educação Física do Estado de Pernambuco*. Recife: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.
- Pinho, V. A. (2016). Racialismo: abordagens históricas dos pressupostos do racismo. In: PINHO, V. A., & LOPES, R. *Educação para a diversidade: experiências Inovadoras na formação docente*. Curitiba: CRV, 2016.



- Rangel, I. C. A. (2006). Racismo, preconceito e exclusão: um olhar a partir da Educação Física escolar. *Motriz*, Rio Claro, 12(1), 73-76.
- Ribeiro, D. (1995). *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Campanha das Letras.
- Santos, N., Capraro, A. M., & Lise, R. S. (2010). Racismo e a derrota que não foi esquecida: uma análise dos discursos de Mário Filho na obra “o negro no futebol brasileiro” e da imprensa escrita acerca da final da copa do mundo de 1950. *Movimento*, 16(4), 191-208.
- Saviani, D. (1991). *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*. São Paulo: Cortez.
- Severino, A. J. (2010). *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez.
- Silva, T. T. (2009). *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Skdmore, T. E. (1998). *Uma história do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Souza Junior, M., Melo, M., & Santiago, M. E. (2010). A análise de conteúdo como forma de tratamento dos dados numa pesquisa qualitativa em educação física escolar. *Movimento*, 16(3), 31-49.